

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.281.096 - SP (2018/0091095-6)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
AGRAVANTE : EURIDES PEREIRA  
AGRAVANTE : TANIA RODRIGUES CARREGA PEREIRA  
ADVOGADOS : EDIVETE MARIA BOARETO BELOTTO - SP079193  
WAGNER BELOTTO - SP131573  
ANA CRISTINA MACARINI MARTINS E OUTRO(S) -  
SP156169  
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL  
INTERES. : COMBATE COM/ E SER/ TECNICOS ESPECIAIS LTDA  
INTERES. : SILVANA APARECIDA PEREIRA  
INTERES. : PAULO VAL ROCHA JUNIOR

**DECISÃO**

*PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENHORA. BEM DE FAMÍLIA. PRETENSÃO DE RECONHECIMENTO. TENDO O TRIBUNAL DE ORIGEM CONSTATADO A AUSÊNCIA, NOS AUTOS, DE DOCUMENTO RATIFICANDO A SITUAÇÃO FÁTICA ALEGADA, O ACOLHIMENTO DAS RAZÕES RECURSAIS QUANTO À DESTINAÇÃO DO IMÓVEL DEMANDARIA, INDISPENSÁVELMENTE, O REVOLVIMENTO DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO DA CAUSA, TAREFA DEFESA EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DOS CONTRIBUINTES A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

1. EURIDES PEREIRA e TANIA RODRIGUES CARREGA PEREIRA agravam de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto com fulcro nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da CF/1988, contra acórdão proferido pelo egrégio TRF da 3a. Região, assim ementado:

*AGRAVO INTERNO. ARTIGO 1.021 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AQUISIÇÃO DE DOMÍNIO SOBRE IMÓVEL. ART. 1227 DO CÓDIGO CIVIL. BEM DE FAMÍLIA. AUSÊNCIA DE PROVA.*

*I. - Não havendo registro da escritura pública lavrada em julho/2008, ao tempo da indisponibilidade do imóvel em julho/2011, a embargante não possuía domínio sobre o bem (art. 1.227 do CC).*

*II - O julgamento monocrático do relator decorre de sentença e recurso processados na vigência do CPC/73, inexistindo a necessidade se ater ao regramento do atual Código de Processo Civil.*

*III - Os fundamentos da decisão do relator não foram atacados*

*especificamente pelo recurso.*

*IV - Agravo interno improvido (fls. 172).*

2. Os Embargos de Declaração opostos foram rejeitados (fls. 196/204).

3. Nas razões de seu Apelo Nobre (fls. 207/270), as partes recorrentes sustentam, em suma, que, a prevalecer a posição adotada pela Corte de origem, tal como acima sumariada, o acórdão recorrido, além de incorrer em dissenso interpretativo, viola o disposto nos arts. 1.022, II e § único II c.c. art. 489, § 1o.; II; 307, parágrafo único, 371 e 679; 674, § 1o. e 844, todos do CPC; aos arts. 1o., 3o. e 5o. da Lei 8.009/1990; arts. 1.200, 1.201 *caput* e parágrafo único e 1.210 do Código Civil; e ao art. 245 da Lei 6.015/1973.

4. Com contrarrazões (fls. 276/278), sobreveio juízo negativo de admissibilidade (fls. 280/284), o que ensejou a interposição do presente Agravo (fls. 286/312).

5. É o relatório.

6. A irresignação não merece prosperar.

7. Inicialmente, não se vislumbra a alegada afronta aos arts. 489 e 1.022 do do Código Fux. A lide foi resolvida integralmente e com a devida fundamentação, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer mácula.

8. O Tribunal de origem, ao contrário do alegado, manifestou-se fundamentadamente a respeito de todas as questões postas à sua apreciação e, ao final, decidiu contrariamente aos interesses da parte recorrente, que buscou, com os Embargos de Declaração, a reapreciação do mérito da causa. Logo, em virtude da não ocorrência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material não se verifica ofensa às regras ora invocadas.

9. No mais, analisando as circunstâncias postas nos autos, o Tribunal de origem concluiu pela impossibilidade de acolhimento das teses levantadas pelas partes ora agravantes, notadamente no tocante à indisponibilidade do imóvel em comento, por tratar-se de bem de família, destacando que:

*Compulsando os autos, verifico que a escritura pública de compra e venda do imóvel ora em debate lavrada em julho/2008 não foi levada a registro no cartório imobiliário, implicando dizer que, publicamente, Silvana Aparecida Pereira Rocha e seu marido Paulo Val Rocha Júnior continuam detendo o domínio sobre referido bem.*

*Portanto, quando da efetivação da indisponibilidade do referido imóvel em julho/2011, o embargante possuía apenas direito pessoal de crédito em face dos outorgantes, não domínio sobre o bem, já que a outorga da escritura pública, por si só, não o transfere.*

*O contrato público de compra e venda juntado às fls. 20/22 dos autos implica em alienação fraudulenta de bens nos termos do art. 185 do Código Tributário Nacional, já que foi entabulado em 08 de julho de 2008, bem antes da inscrição da dívida fiscal em cobro efetivada em 13 de novembro de 2008.*

*Alegação de que o questionado imóvel possui destinação de bem de família é inconsistente, já que não há nos autos nenhum documento ratificando a situação fática alegada. Pelo contrário, a numeração da residência do casal constante na inicial de embargos não é idêntica à do imóvel penhorado. Assim, não se desincumbiram do ônus que lhes impõe o art. 333, I do Código de Processo Civil.*

*Apesar de a parte recorrente ter articulado vários argumentos na defesa de seu pretense direito, já encontrei motivação suficiente para decidir o presente recurso.*

*Não havia necessidade de a decisão monocrática ter sido proferida com base nas disposições do art. 489, IV do atual Código de Processo Civil, tendo em vista que a orientação dada pela P e 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que os julgamentos proferidos e publicados na vigência do CPC/73 podem ser processados em julgados sob a sistemática daquele diploma processual.*

*Além disso, a base do julgamento recorrido foi as disposições do art. 1.227 do Código Civil e a ausência de prova documental relativa a alegação de bem de família, sendo que os argumentos articulados neste recurso não atacam especificamente estes fundamentos (fls. 170).*

10. Dessa forma, tendo o Tribunal de origem afirmado, expressamente, que *a alegação de que o questionado imóvel possui destinação de bem de família é inconsistente, já que não há nos autos nenhum documento ratificando a situação fática alegada*, para se adotar qualquer conclusão em sentido contrário ao que ficou expressamente consignado no acórdão recorrido, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, quanto ao reconhecimento da impenhorabilidade do imóvel, ante a alegação de ser bem de família, demandaria necessário revolvimento de matéria fático-probatória, o que é inviável em Recurso Especial. A propósito:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BEM DE FAMÍLIA. IMPENHORABILIDADE. REQUISITOS. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

1. *O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).*

2. *No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu pela ausência de comprovação dos requisitos necessários para caracterização do imóvel como bem de família. Alterar esse entendimento demandaria reexame das provas produzidas nos autos, vedado em recurso especial.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 1.189.340/SP, Rel. Min. ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 13.3.2018).*

2 2 2

*AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. IMPENHORABILIDADE. BEM DA FAMÍLIA. NÃO COMPROVAÇÃO. SÚMULA N° 7/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. PROCEDIMENTO INADMISSÍVEL.*

1. *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Enunciado Administrativo nº 2/STJ. 2. Não configurado nenhum dos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

vícios elencados no artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, não há falar em negativa de prestação jurisdicional. 3. Considera-se deficientemente fundamentado o recurso especial na parte em que visa impugnar o acórdão recorrido sem, contudo, apoiar-se em alegação de infringência a dispositivos de lei federal ou em divergência jurisprudencial validamente apresentada.

4. Não é possível reconhecer, na instância especial, a natureza de bem de família do imóvel em discussão e a sua consequente impenhorabilidade, haja vista o disposto na Súmula nº 7/STJ.

5. Alegação da parte recorrente que se caracteriza como verdadeira inovação recursal, procedimento inadmissível. 6. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp. 1.323.135/RJ, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 10.8.2017).

2 2 2

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPENHORABILIDADE. BEM DE FAMÍLIA. DESTINAÇÃO. COMPROVAÇÃO. ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO (AgInt no AREsp. 808.047/SC, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 29.9.2016).

11. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo dos Contribuintes.

12. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 31 de março de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO  
MINISTRO RELATOR